Despacho n.º 14 165/2007

Considerando que, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 9.º do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 292/2000, de 14 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 259/2002, de 23 de Novembro, a licença para o exercício de actividades ruidosas de carácter temporário só pode ser concedida por período superior a 30 dias desde que sejam respeitados os limites fixados no n.º 3 do artigo 4.º e no n.º 3 do artigo 8.º do referido diploma legal;

Considerando que, nos termos do n.º 6 do referido artigo 8.º, o disposto no n.º 3 do mesmo preceito legal não se aplica à infra-estruturas de transportes;

Considerando que, nos termos do n.º 6 do artigo 9.º do mencionado Regulamento, poderá ser dispensada a exigência do cumprimento dos limites do ruído, referidos nos considerando anteriores, quando se trate de infra-estruturas de transportes cuja realização corresponda à satisfação de necessidades de reconhecido interesse público;

Considerando, ainda, que serão adoptadas as medidas minimizadoras de impacte ambiental, devidas quer aos equipamentos, quer às actividades a desenvolver, nos termos definidos nos estudos ambientais, oportunamente elaborados;

Considerando que a rede nacional de auto-estradas definida no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de Julho, vulgarmente designado por Plano Rodoviário Nacional, é formada pelos elementos da rede rodoviária nacional especificamente projectados e construídos para o tráfego motorizado;

Considerando, assim, que, tal como se refere no n.º 1 do artigo 1.º do Plano Rodoviário Nacional, a rede rodoviária nacional desempenha funções de interesse nacional ou internacional e que a sua realização corresponde à satisfação de necessidades de reconhecido e relevante interesse público;

Considerando que os lanços de auto-estrada referidos na base II anexa ao Decreto-Lei n.º 215-B/2004, de 16 de Setembro, correspondentes ao IC 1-Marinha Grande (A 8)-Mira, se integram na rede nacional de auto-estradas, constante da lista IV anexa ao Plano Rodoviário Nacional, correspondendo, por isso, igualmente, a sua realização, a necessidades de reconhecido interesse público;

Considerando que a A 17-IC 1-auto-estrada Marinha Grande (A 8)-Mira, se insere no âmbito da construção e beneficiação da rede nacional de auto-estradas e da rede rodoviária nacional constituindo, por isso, um importante factor de desenvolvimento da malha de transportes do País sendo, por conseguinte, a sua realização de manifesto interesse público, determino que a execução dos trabalhos de construção da obra geral, obras de arte e obras de arte especiais, e dos trabalhos de fornecimento e instalação de protecções sonoras fique dispensada da exigência do cumprimento dos limites previstos no n.º 3 do artigo 4.º e no n.º 3 do artigo 8.º do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 292/2000, de 14 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 259/2002, de 23 de Novembro, entre a presente data e Janeiro de 2008.

6 de Junho de 2007. — O Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, *Paulo Jorge Oliveira Ribeiro de Campos*.

Rectificação n.º 980/2007

Por ter sido publicado com inexactidão o despacho n.º 921/2006 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 11, de 16 de Janeiro de 2006, pelo qual foi declarada a utilidade pública, com carácter de urgência, da expropriação das parcelas necessárias à execução da obra da A 13 — sublanço Almeirim-Salvaterra de Magos, venho nos termos e para os efeitos do artigo 148.º do CPA proceder à sua rectificação, pelo que onde se lê «atento o despacho do director-coordenador da Área de Concessões da EP — Estradas de Portugal, E. P. E., de 4 de Agosto de 2005» deve ler-se «atento o despacho do director-coordenador da Área de Concessões da EP — Estradas de Portugal, E. P. E., de 11 de Outubro de 2005».

6 de Junho de 2007. — O Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, *Paulo Jorge Oliveira Ribeiro de Campos*.

Gabinete da Secretária de Estado dos Transportes**Despacho n.º 14 166/2007**

1 — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 1.º e no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 464/82, de 9 de Dezembro, conjugado com o disposto no artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, e tendo sido obtida a anuência do interessado e da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, requisito a esta Comissão o assessor principal licenciado João Manuel Casaleiro Carvalho Costa para exercer o cargo de vogal (executivo) do conselho

de administração da Metro-Mondego, S. A., sociedade de capitais públicos, enquanto se mantiver no exercício das respectivas funções.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 12 de Abril de 2007.

16 de Abril de 2007. — A Secretária de Estado dos Transportes, *Ana Paula Mendes Vitorino*.

Despacho n.º 14 167/2007

1 — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 1.º e no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 464/82, de 9 de Dezembro, conjugado com o disposto no artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, e tendo sido obtida a anuência do interessado e do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro, requisito a este Instituto o professor-adjunto mestre Carlos Francisco da Cunha Picado para exercer o cargo de vogal (executivo) do conselho de administração da Metro-Mondego, S. A., sociedade de capitais públicos, enquanto se mantiver no exercício das respectivas funções.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 12 de Abril de 2007.

16 de Abril de 2007. — A Secretária de Estado dos Transportes, *Ana Paula Mendes Vitorino*.

Direcção-Geral dos Transportes Terrestres e Fluviais**Despacho (extracto) n.º 14 168/2007**

Por despacho de 11 de Junho de 2007 do subdirector-geral dos Transportes Terrestres e Fluviais, engenheiro Fernando Alberto de Macedo Ferreira da Cunha, em substituição, na falta do director-geral, nos termos do artigo 41.º, n.º 2, do Código do Procedimento Administrativo, foi David Manuel Ferreira Baptista Teixeira Pires, assistente administrativo especialista da carreira de assistente administrativo do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Transportes Terrestres e Fluviais, nomeado definitivamente, precedendo concurso, chefe de secção de Exploração de Passageiros, da Delegação de Transportes do Norte, do mesmo quadro, sendo exonerado da anterior categoria com efeitos a partir da data da aceitação do novo lugar. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Junho de 2007. — A Directora de Serviços de Administração e Organização, *Maria Gilda Macedo Costa*.

Gabinete de Estudos e Planeamento**Despacho (extracto) n.º 14 169/2007**

Por despacho do subdirector do Gabinete de Estudos e Planeamento, licenciado Rui Pinho Bandeira, de 27 de Março de 2007, ao abrigo de competência delegada, foi a licenciada Maria João Lopes Silva, técnica superior principal da carreira técnica superior do quadro de pessoal do ex-Gabinete de Coordenação dos Investimentos, nomeada assessora da mesma carreira e do mesmo quadro de pessoal, precedendo concurso, com efeitos a partir de 27 de Março de 2007 (escala 1, índice 610), ficando exonerada do lugar que vem ocupando. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Março de 2007. — O Chefe da Divisão Administrativa, *José Teixeira Grosso*.

Instituto Nacional de Aviação Civil, I. P.**Despacho n.º 14 170/2007**

A sociedade ORBEST, S. A., com sede na Praça do Marquês de Pombal, 1, 8.º, freguesia de Coração de Jesus, em Lisboa, requereu a concessão de uma licença para o exercício da actividade de transporte aéreo.

Tendo a referida sociedade cumprido todos os requisitos exigíveis para o efeito, determino, ao abrigo Regulamento (CEE) n.º 2407/92, de 23 de Julho, e do Decreto-Lei n.º 19/82, de 28 de Janeiro, nos termos da alínea c) do n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 145/2007, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 82, de 27 de Abril de 2007, o seguinte:

1 — A sociedade ORBEST, S. A., é concedida uma licença para o exercício da actividade de transporte aéreo, nos seguintes termos:

- Quanto ao tipo de exploração — transporte aéreo intracomunitário e internacional de passageiros, carga e correio;
- Quanto à área geográfica — estrito cumprimento das áreas geográficas estipuladas no certificado de operador aéreo;

c) Quanto ao equipamento — uma aeronave de massa máxima à descolagem não superior a 233 900 kg e capacidade de transporte até 338 passageiros;

d) A presente licença deverá ser revista um ano após a sua concessão.

2 — O exercício dos direitos conferidos por esta licença está permanentemente dependente da posse de um certificado de operador aéreo válido.

3 — Pela concessão da presente licença são devidas taxas, de acordo com o estabelecido na parte I da tabela anexa à Portaria n.º 606/91, de 4 de Julho.

3 de Maio de 2007. — O Presidente, *Luís A. Fonseca de Almeida*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Instituto da Segurança Social, I. P.

Despacho (extracto) n.º 14 171/2007

Pelo meu despacho de 31 de Maio de 2007, proferido por delegação, Albertina das Flores Valente da Cruz de Novais Massano, técnica superior de 1.ª classe do quadro de pessoal da Direcção-Geral da Administração da Justiça, foi transferida para o quadro de pessoal do ex-Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo, com a mesma categoria, com efeitos a 1 de Agosto de 2007, ficando exonerada do lugar de origem. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

5 de Junho de 2007. — O Vogal do Conselho Directivo, *António Nogueira de Lemos*.

Despacho (extracto) n.º 14 172/2007

Pelo meu despacho de 31 de Maio de 2007, proferido por delegação, Eugénia de Jesus Arrais do Rosário, especialista de informática do grau 3, nível 3, do quadro de pessoal da Direcção-Geral da Administração Interna, foi transferida para o quadro de pessoal do ex-Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo, com a mesma categoria, ficando exonerada do lugar de origem a partir da data de aceitação do lugar. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

5 de Junho de 2007. — O Vogal do Conselho Directivo, *António Nogueira de Lemos*.

Despacho (extracto) n.º 14 173/2007

Pelo meu despacho de 31 de Maio de 2007, proferido por delegação, rectificava-se o anúncio (extracto) n.º 138/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 234, de 6 de Dezembro de 2006, pelo que onde se lê «à transferência para o ex-CDSS do Centro, Centro Distrital de Segurança Social de Viseu, de Dolores Maria Marques Ramos Ferrinho» deve ler-se «à transferência para o quadro do ex-Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo de Dolores Maria Marques Ramos Ferrinho». (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

5 de Junho de 2007. — O Vogal do Conselho Directivo, *António Nogueira de Lemos*.

Centro Distrital de Segurança Social de Braga

Aviso n.º 12 049/2007

Nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada, para consulta, no 3.º piso (Equipa de Administração de Pessoal), a lista de antiguidade do ano de 2006 relativa aos funcionários do quadro de pessoal do ex-Centro Regional de Segurança Social do Norte a exercerem funções no Centro Distrital de Segurança Social de Braga.

Da organização da lista cabe reclamação, a deduzir no prazo de 30 dias a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

5 de Junho de 2007. — A Directora, *Maria do Carmo Antunes da Silva*.

Centro Distrital de Segurança Social de Évora

Despacho (extracto) n.º 14 174/2007

Subdelegação de competências

Nos termos do disposto nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo e no uso dos poderes que me são conferidos pelo despacho n.º 10 044/2007, de 4 de Maio, do director do Centro Distrital de Segurança Social de Évora, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 104, de 30 de Maio de 2007, subdelego na directora do Núcleo de Acção Social, licenciada Fernanda Margarida Campos Ferreira, as competências para:

1 — No âmbito do respectivo Núcleo:

1.1 — Assinar a correspondência relacionada com assuntos de natureza corrente dos serviços, com excepção da que for dirigida ao gabinete dos membros do Governo, governadores civis, direcções-gerais, inspecção-geral e institutos públicos;

1.2 — Autorizar a participação em acções de formação;

1.3 — Autorizar o pagamento de ajudas de custo e o reembolso de despesas de transporte público a que haja lugar desde que as deslocações em serviço sejam superiormente autorizadas;

1.4 — Autorizar o pagamento antecipado de ajudas de custo;

1.5 — Autorizar a mobilidade de pessoal.

2 — Competências específicas:

2.1 — Despachar os pedidos de admissão ou de colocação de crianças em amas, ajudantes familiares e famílias de acolhimento;

2.2 — Celebrar contratos com amas e famílias de acolhimento e ajudantes familiares após estudo da situação apresentado pelos serviços;

2.3 — Autorizar o pagamento de subsídios de retribuição, alimentação e manutenção às amas e famílias de acolhimento de acordo com a legislação vigente;

2.4 — Autorizar a selecção dos candidatos a adoptantes e a famílias de acolhimento com base no estudo e análise das situações;

2.5 — Requerer junto do tribunal os processos de confiança judicial de crianças e jovens com vista a futura adopção;

2.6 — Decidir sobre a confiança administrativa da entrega de menor a candidato de adopção ou continuação de permanência a seu cargo;

2.7 — Promover as acções necessárias à celebração e eventuais alterações dos acordos de cooperação com as instituições particulares de solidariedade social;

2.8 — Promover o cumprimento dos acordos de cooperação celebrados com as instituições de solidariedade social;

2.9 — Aceitar os pedidos de licenciamento e proceder à organização técnico-administrativa dos estabelecimentos com fins lucrativos;

2.10 — Autorizar o pagamento de comparticipações às instituições de solidariedade social decorrentes de acordos de cooperação;

2.11 — Emitir as declarações relativas a instituições particulares de solidariedade social e estabelecimentos lucrativos;

2.12 — Elaborar os pareceres sociais das obras dos equipamentos sociais;

2.13 — Desenvolver as acções necessárias à aplicação dos regimes sancionários às infracções de natureza contra-ordenacional relativas aos estabelecimentos de apoio social aos beneficiários/contribuintes.

3 — Nos termos do n.º 3 do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, ficam ratificados desde 23 de Maio de 2005 todos os actos praticados pela directora do Núcleo de Acção Social no âmbito do presente despacho.

30 de Maio de 2007. — A Directora da Unidade de Protecção Social de Cidadania, *Cidália Maria Infante Caeiro Mira*.

Despacho (extracto) n.º 14 175/2007

Subdelegação de competências

Nos termos do disposto nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo e no uso dos poderes que me são conferidos pelo despacho n.º 10 044/2007, de 4 de Maio, do director do Centro Distrital de Segurança Social de Évora, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 104, de 30 de Maio de 2007, subdelego na directora do Núcleo de Rendimento Mínimo Garantido e Outras Prestações Sociais de Cidadania, licenciada Rosa da Conceição Silva Rosário Veladas, as competências para:

1 — No âmbito do respectivo Núcleo:

1.1 — Assinar a correspondência relacionada com assuntos de natureza corrente dos serviços, com excepção da que for dirigida ao gabinete dos membros do Governo, governadores civis, direcções-gerais, inspecção-geral e institutos públicos;

1.2 — Autorizar a participação em acções de formação;

1.3 — Autorizar o pagamento de ajudas de custo e o reembolso de despesas de transporte público a que haja lugar desde que as deslocações em serviço sejam superiormente autorizadas;

1.4 — Autorizar o pagamento antecipado de ajudas de custo;